CREDI-SHOP S/A – Administradora de Cartões de Crédito

CNPJ/MF 62.895.230/0001-13

Demonstrações Contábeis de 2019 e 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em R$ mil)

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **CREDI-SHOP S/A** – Administradora de Cartões de Crédito ("CREDI-SHOP"), referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Os principais indicadores de desempenho econômico apresentados nas Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram:

Principais indicadores econômicos	**2019**	**2018**	**Evolução**
Receitas operacionais líquidas	127.403	123.193	3,4%
Receitas financeiras líquidas	20.514	20.286	1,1%
Receitas totais líquidas	**147.917**	**143.479**	**3,1%**
Volume financeiro das transações	1.989.000	1.920.000	3,6%
Quantidades de transações	15.891	15.447	2,8%
Ticket médio de compras - Reais	125,16	124,30	0,7%

O aumento nominal das receitas operacionais líquidas em 3,4% demonstra uma simetria com o aumento nominal no volume financeiro das transações de 3,6%, consistente com a retração do poder aquisitivo dos consumidores e com a adoção de medidas restritivas na concessão de crédito.

O crescimento nominal das receitas financeiras líquidas em 1,1% é decorrente de mudanças no cenário econômico, o governo vem adotando políticas de redução de juros, sendo inevitável a ocorrência de reduções das receitas financeiras líquidas, as taxas de juros foram reduzidas tanto as praticadas nas antecipações de recebíveis como no financiamento do crédito rotativo cobrados nas faturas dos cartões em consonância com as determinações do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, conforme descrição abaixo:

a) desde janeiro de 2.017 a CREDI-SHOP fixou a taxa de desconto praticada nas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados em duas vezes a taxa SELIC, a taxa média praticada em 2018 era 1,06% foi reduzida para 0,98% em 2019;

b) a taxa média de juros cobrado dos usuários de cartões de crédito CREDISHOP em 2016 era de 11,9% , a partir de abril de 2017 foi reduzida para 9,9% e manteve-se nesse patamar ao longo dos anos de 2018 e 2019, o Conselho Monetário Nacional determinou que os usuários de cartões de crédito liquidem o mínimo da dívida da fatura do cartão mantenham 30 (trinta) dias no rotativo e o saldo parcelado com encargos financeiros menores nas próximas faturas;

Desempenho Financeiro - Liquidez

O índice de liquidez corrente (AC/PC) melhorou em 2019, passou para 1,56 em 2018 era R$ 1,44 :

Indice de liquidez corrente	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Ativo circulante	532.145	520.002	482.858
Passivo circulante	340.519	360.899	342.892
Indice de liquidez corrente	*1,56*	*1,44*	*1,41*

Desempenho da Lucratividade:

Lucratividade	31/12/2019	31/12/2018
Receitas totais líquidas	**147.917**	**143.479**
(-) Custos dos serviços prestados	(53.089)	(51.728)
(-) Despesas operacionais	(11.300)	(8.771)
(-) Perdas no recebimento de créditos	(15.990)	(19.298)
(-) Provisão para perdas/venda imobilizado	(24)	
(-) Reversão da provisão - PCLD	2.505	202
(-) Depreciações e amortizações	(4.558)	(4.970)
(-) Provisão para o imposto de renda	(15.833)	(14.628)
(-) Contribuição social sobre o lucro	(9.652)	(11.946)
Lucro líquido	**39.976**	**32.340**
Lucratividade nominal	*27,0%*	*22,5%*

Em decorrência dos constantes aumentos nas taxas de riscos de créditos ocorridos desde 2015 a administração decidiu constituir a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD das Contas a Receber de Usuários de Cartões sobre os créditos vencidos acima de 90 (noventa) dias e foram reconhecidos como Provisão – PCLD (indedutíveis da base de cálculo do IRPJ/CSLL), critério adotado pela companhia até 31/12/2018 que supera as regras da Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

Em vista da autorização de funcionamento concedida pelo BACEN no dia 17/07/2019 a CREDI-SHOP a partir de julho de 2019 passou a calcular e contabilizar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD de acordo com os critérios previstos na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, o que ocasionou uma reversão da provisão no valor de R$ 2.505 em 2019 (R$ 202 em 2018).

	%	Critério da PCLD adotado em 2019		Critério da PCLD adotado em 2018			
Dias de Atraso	Bacen	Contas a Receber	Critério Bacen 31/12/19	Contas a Receber	Critérios Adotados Bacen	CrediShop	
A vencer	**0,0%**	**386.074**		**412.284**			
15 dias	0,5%	38.814	194	13.970	70		
30 dias	1,0%	25.459	255	9.479	95		
60 dias	3,0%	6.308	189	4.039	121		
90 dias	10,0%	4.830	483	3.815	381		
120 dias	30,0%	4.740	1.422	4.073	1.222	4.073	100%
150 dias	50,0%	4.242	2.121	3.738	1.869	3.738	100%
180 dias	70,0%	4.114	2.880	3.523	2.466	3.523	100%
Acima 180	100,0%	4.132	4.132	2.847	2.847	2.847	100%
Valor da PCLD		**478.713**	**11.676**	**457.768**	**9.071**	**14.181**	**100%**

Em 2019 houve uma reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD no valor de R$ 2.505 (R$ 202 em 2018). A sociedade reconheceu Perdas no Recebimento de Créditos no valor de R$ 15.990 (R$ 19.298 em 2018), de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 9º, inciso II, letar a) da Lei nº 9.430/1996 alterado pela Lei nº 13.097/1025, art. 8º, § 7º, inciso II, letra a), que dispõe: poderão ser registrados como perda os créditos, sem garantia de valor, até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) vencidos a mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Continuamos com as melhorias em nossos sistemas de informações advindas da implantação do sistema de gestão SAP. Nossas Demonstrações Contábeis desde dezembro de 2013 são apuradas pelo sistema SAP, o que tem ocasionado maior agilidade e maior segurança nos controles internos e nas informações contábeis e financeiras.

As despesas com salários e encargos, cursos e treinamentos e a prestação de serviços terceirizados em 2019 aumentaram nominalmente em relação a receita total líquida em 2,0% pp (em 2018 era 28,5% aumentou para 30,5% em 2019).

Esse aumento foi representado por gastos de R$ 517 (R$ 535 em 2018) com cursos e treinamento de funcionários, R$ 1.603 (R$ 930 em 2018), com a terceirização de serviços técnicos e profissionais e com o reajuste de salários da categoria salarial, o dissídio coletivo em processo de homologação em 2019 será em torno de 3,7% (2,0% em 2018).

A contratação de empresas especializadas em cobrança, mantiveram o controle dos níveis médios de inadimplência em torno de 2,0% (medição entre janeiro de 2015 a dezembro de 2019). Com essas terceirizações da cobrança foram gastos R$ 2.460 (R$ 1.756 em 2018) e propiciaram uma recuperação das perdas nos recebíveis em 2019 de R$ 40.968 (R$ 39.201 em 2018).

			Evolução das despesas	
	2019	**2018**	**2019/2018**	**2018/2017**
Receita total líquida = 100%	**147.917**	**143.479**	**4.438**	**(386)**
Crescimento das Receitas Líquidas	*3,1%*	*(0,3%)*		
Despesas com salários e encargos	33.762	33.092	670	359
(+) Cursos e treinamentos	517	535	(18)	166
(+) Terceirização da cobrança	2.460	1.756	704	857
(+) Terceirização vigilância e limpeza	963	923	40	383
(+) Transporte de valores/PROSEGUR	510	212	298	(343)
(+) Serviços prestados por terceiros	5.365	3.445	1.920	743
(+) Serviços técnicos e profissionais	1.603	930	673	(301)
Salarios, encargos e terceirizados	**45.180**	**40.893**	**4.287**	**1.864**
% s/ o Total das Receitas Líquidas	30,5%	28,5%	2,0% pp	1,4% pp
Quantidades de funcionários (média)	697	732	-35	- 47
Receita total média por funcionário	212,22	196,01		

Continuamos investindo no capital humano, fazemos mais com menos, de modo a oferecer a melhor experiência a nosso pessoal, com engajamento e fortalecimento de nossos propósitos. Isto nos permitiu figurar, pela 5ª vez consecutiva, entre as Melhores Empresas para Trabalhar na lista do Piauí e passamos em 2019 a integrar a lista das melhores empresas para trabalhar no plano nacional no segmento de serviços concedido pela GPTW – Great Place To Work.

Também temos aprimorado as nossas interações com os clientes, compreendendo o seu comportamento nos mais diversos pontos de contato. Tanto é assim, que lançamos o APP Credishop, aplicativo que entrega informações aos usuários de forma intuitiva e simples.

A CREDI-SHOP com o propósito de modernizar suas atividades, imobilizou no ano 2019 recursos no valor de R$ 3.070 (R$ 3.539), distribuídos da seguinte maneira:

Aquisições de ativo permanente	**2019**	**2018**
Equipamentos de POS	808	435
Máquinas e equipamentos de informática	817	1.601
Móveis e utensílios	97	41
Veículos		418
Benfeitorias em imóveis de terceiros		112
Licenças e direito de uso de softwares	1.348	932
Total das aquisições no ano	**3.070**	**3.539**

Governança Corporativa

A administração da CREDI-SHOP, de forma voluntária, está comprometida na adoção de práticas conservadoras que estão acima das exigências, tanto na governança corporativa quanto nos direitos dos acionistas, cuidando da aplicação de condutas éticas e da implementação de novas práticas exigidas pelo Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e demais órgãos reguladores.

No ano de 2019 foram gastos R$ 520 (R$ 185 em 2018), com a implantação das áreas de: gerenciamento de riscos, auditoria interna e operacionalização de envio de informações para o BACEN (CADOC´s 3040, 4010 e 4016), segue abaixo a distribuição e aplicação desses recursos:

- R$ 102, na implantação da área de gerenciamento de riscos, serviços de consultoria especializada;
- R$ 285, na prestação de serviços continuados de auditoria interna, a empresa especializada contratada foi a **GF Brasil;**
- R$ 133, com a prestações de serviços especializados em transposição/adaptação de informações do atual plano de contas para o plano de contas COSIF/BACEN e operacionalização de acesso cadastral para envio de informações para o BACEN (CADOC´s 3040, 4010 e 4016, as empresas especializadas contratada foram: BAX TECH (R$ 33) e PWC (R$ 100)

Relacionamento com Auditores Independentes

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, durante o ano de 2018 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da **PEPPE ASSOCIADOS – Consultores & Auditores Independentes.**

A Política da CREDI-SHOP na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, para tanto adota os princípios internacionalmente aceitos, sendo: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Declaração da Diretoria

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, o Diretor de Controladoria declara que discutiu, reviu e concordou com o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a seguir apresentadas.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional em 31/12/2019 era composta por 697 funcionários (732 em 2018), sendo: 62% com formação escolar até o segundo grau completo, 18% com curso superior incompleto, 17% com curso superior completo e 3% com pós-graduação/especialização.

Pedido de Autorização para Funcionamento como Instituição de Pagamento e Arranjo de Pagamento Fechado

A Sociedade protocolizou junto o Banco Central do Brasil – BACEN, pedido de Autorização para Arranjo de Pagamento Fechado e pedido de Autorização para Funcionamento como Instituição de Pagamento no dia 26 de novembro de 2014.

O Banco Central no dia 23/08/2018 publicou o Ofício nº 16636/2018 – BCB/DEBAN/DIPAG comunicando o deferimento do **Pedido de Autorização para Funcionamento do Arranjo de Pagamento CREDI-SHOP, Pós-Pago, de Compra, Doméstico**.

No dia 17/07/2019 foi concedido autorização do BACEN para CREDI-SHOP funcionar como **Instituição de Pagamento Emissor de Instrumento Pós-Pago**, porém desde novembro de 2014 os administradores já estavam comprometidos com o aprimoramento dos processos nas áreas de: gestão de riscos, ouvidoria, tecnologia e segurança da informação e na adoação de práticas de governança corporativa exigidas pelo BACEN e demais órgãos reguladores.

Sustentabilidade

A CREDI-SHOP contempla aspectos sociais e questões ambientais na formulação de suas estratégias, com também desenvolve programas relacionais com a comunidade. A Sociedade vem incrementando os processos de identiticação, gestão e monitoramento de riscos estratégicos, financeiros, regulatórios, reputacionais ou operacionais relacionados aos impactos sócio ambientais.

ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Valores expressos em R$ mil)

ATIVOS	Notas Explicativas	31/12/2019	31/12/2018
TOTAL DO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**532.471**	**520.391**
CIRCULANTE		**532.145**	**520.002**
Disponibilidades	*4*	**98.285**	**100.437**
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	*5*	**432.576**	**416.316**
Impostos e contribuições a compensar		**26**	**1.033**
IRPJ e CSLL		*16*	*1.032*
Outros impostos		*10*	*1*
Outros valores e bens		**446**	**1.335**
Material em estoque		**812**	**881**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**326**	**389**
Outros créditos		**326**	**389**
Depósitos Judiciais		326	389
PERMANENTE		**16.422**	**18.400**
Imobilizado de uso	*6*	**13.868**	**16.194**
Intángivel		**2.554**	**2.206**
TOTAL DO ATIVO		**548.893**	**538.791**

PASSIVOS	Notas Explicativas	31/12/2019	31/12/2018
TOTAL DO CIRCULANTE E EXÍGIVEL A LONGO PRAZO		**353.879**	**374.259**
CIRCULANTE		**340.519**	**360.899**
Obrigações por transações de pagamentos	*3.2*	*317.980*	*339.367*
Fornecedores		*1.395*	*1.816*
Salários a pagar		*644*	*723*
Obrigações tributárias	*7*	*8.146*	*8.402*
Provisão para contingências	*8*	*352*	*351*
Provisões e demais obrigações	*9*	*2.508*	*2.501*
Dividendos mínimos obrigatórios	*11.3*	*9.494*	*7.681*
Arrendamento Mercantil Financeiro			*58*
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO		**13.360**	**13.360**
NÃO CIRCULANTE		**13.360**	**13.360**
Partes relacionadas - Cessão de Créditos Fiscais - PRT	*10*	*13.360*	*13.360*
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	*11*	**195.014**	**164.532**
Capital social realizado	*11.1*	*162.842*	*139.800*
Reserva legal	*11.2*	*3.689*	*1.690*
Dividendos adicionais propostos	*11.3*	*28.483*	*23.042*
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**548.893**	**538.791**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Valores expressos em R$ mil)

	Notas Explicativas	31/12/2019	30/06/2019	31/12/2018 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**127.403**	**65.732**	**123.193**
(-) Custo dos servicos prestados	14	(53.089)	(27.876)	(51.728)
LUCRO BRUTO		**74.314**	**37.856**	**71.465**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		**(29.367)**	**(17.168)**	**(32.837)**
Com vendas		(3.716)	(2.156)	(2.637)
Administrativas		(7.234)	(3.893)	(5.832)
Tributárias		(350)	(235)	(244)
Depreciação e amortização		(4.558)	(2.307)	(4.970)
Perdas no recebimento de créditos		(15.990)	(11.082)	(19.298)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.481	2.505	202
Provisão para contingências trabalhistas				(73)
Demais (despesas) receitas				15
LUCRO OPERACIONAL (ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO)		**44.947**	**20.688**	**38.628**
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO DE TRIBUTOS	16	**20.514**	**10.793**	**20.286**
Receitas Financeiras		28.938	15.450	29.024
Despesas Financeiras		(8.424)	(4.657)	(8.738)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**65.461**	**31.481**	**58.914**
Imposto de renda e contribuição social	15	**(25.485)**	**(11.595)**	**(26.574)**
Imposto de renda da pessoa jurídica – corrente		(15.833)	(7.192)	(14.628)
Contribuição social sobre o lucro líquido – corrente		(9.652)	(4.403)	(11.946)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**39.976**	**19.886**	**32.340**
Quantidade por lote de mil ações na data do balanço		42.865	42.865	42.865
Lucro Líquido básico por ações atribuível aos acionistas – R$		**0,9326**	**0,4639**	**0,7544**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Valores expressos em R$ mil)

	31/12/2019	30/06/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCICIO	**39.976**	**19.886**	**32.340**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**39.976**	**19.886**	**32.340**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Valores expressos em R$ mil	*Capital Social*	*Reserva Legal*	*Dividendos Adicionais*	*Lucros Acumulados*	*PATRIMÔNIO LÍQUIDO*
Saldos em 31 de dezembro de 2017	***123.150***	***1.597***	***22.690***	***-***	***147.437***
Aumento de Capital	*16.650*	*(1.524)*	*(15.126)*		
Proposta de destinação do lucro:			*(7.564)*		*(7.564)*
Lucro liquido do exercício				*32.340*	*32.340*
Reserva legal				*(1.617)*	
Dividendos mínimos obrigatórios		*1.617*		*(7.681)*	*(7.681)*
Dividendos adicionais propostos			*23.042*	*(23.042)*	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	***139.800***	***1.690***	***23.042***	***-***	***164.532***
Distribuição de dividendos adicioniais			*(23.042)*		*(23.042)*
Proposta de destinação do lucro:					
Lucro liquido do 1º semestre de 2019				*20.090*	*20.090*
Reserva legal		*1.004*		*(1.004)*	
Dividendos mínimos obrigatórios				*(4.772)*	*(4.772)*
Dividendos adicionais propostos			*14.314*	*(14.314)*	
Saldos em 30 de junho de 2019	***139.800***	***2.694***	***14.314***	***-***	***156.808***
Aumento de Capital - Créditos	*23.042*				*23.042*
Proposta de destinação do lucro:					
Lucro liquido do 2º semestre de 2019				*19.886*	*19.886*
Reserva legal		*995*		*(995)*	
Dividendos mínimos obrigatórios				*(4.722)*	*(4.722)*
Dividendos adicionais propostos			*14.169*	*(14.169)*	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	***162.842***	***3.689***	***28.483***	***-***	***195.014***

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO – PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Valores expressos em R$ mil)*

	31/12/2019	**30/06/2019**	**31/12/2018** Reclassificado
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(15.585)**	**(35.881)**	**(5.066)**
Recebimentos	**173.665**	**89.042**	**168.985**
Serviços prestados	144.727	74.670	139.961
Juros e encargos	28.938	14.732	29.024
Pagamentos	**(189.250)**	**(124.923)**	**(174.051)**
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	(73.345)	(65.168)	(63.088)
Fornecedores de bens e serviços	(28.656)	(15.123)	(27.062)
Salários e pró-labore	(26.611)	(13.780)	(25.850)
Tributos e encargos sociais	(50.836)	(25.687)	(49.920)
Despesas operacionais	(6.531)	(3.454)	(5.469)
Serviços bancários e depósitos judiciais	(3.271)	(1.711)	(2.662)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(10.808)**	**(1.018)**	**(18.680)**
Investimento no imobilizado	(1.722)	(822)	(2.607)
Investimento no intangível – aquisição de Software SAP	(1.348)	(138)	(932)
Pagamentos de Dividendos	(7.680)		(15.127)
Pagamento das parcelas do arrendamento mercantil	(58)	(58)	(14)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**24.241**	**45.180**	**35.989**
Recebimentos	**24.241**	**45.180**	**35.989**
Antecipações de recebíveis dos usuários de cartões	8.830	5.528	855
Recursos oriundos dos usuários da Conta Garantida – Cláusula mandato	15.411	39.652	35.134
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA	**(2.152)**	**(8.281)**	**12.243**
Disponibilidades de caixa em 31/12/2017			88.194
Disponibilidades de caixa em 31/12/2018	100.437		100.437
Disponibilidades de caixa em 30/06/2019		106.566	
Disponibilidades de caixa em 31/12/2019	98.285	98.285	

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (*Valores expressos em R$ mil)*

	31/12/2019		31/12/2018 Reclassificado	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**144.727**		**139.961**	
(+) Ganhos (perdas) na baixa do ativo imobilizado			15	
(-/+) (Perdas) Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(13.509)		(19.096)	
(-) Provisão para riscos cíveis e tributários			(73)	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(38.606)		(35.382)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**92.612**		**85.425**	
Depreciação e amortização	(4.558)		(4.970)	
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	**88.054**		**80.455**	
Valor adicionado recebido em transferência				
(+) Receitas financeiras	28.938		29.024	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**116.992**	%	**109.479**	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**116.992**	100,0	**109.479**	100,0
Funcionários	28.223	24,1	27.713	25,3
Governo	49.633	42,4	50.152	45,8
Acionistas	10.200	8,7	8.308	7,6
Juros e aluguéis	453	0,4	264	0,2
Lucros retidos	28.483	24,4	23.042	21,5

RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Janeiro	10.735	10.985
Fevereiro	10.763	10.225
Março	11.690	11.541
Abril	12.414	11.550
Maio	12.473	11.727
Junho	11.983	11.808
Julho	12.676	11.989
Agosto	12.414	11.976
Setembro	11.702	11.249
Outubro	12.273	11.927
Novembro	12.197	11.520
Dezembro	13.407	13.464
Total no ano	**144.727**	**139.961**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **CREDI-SHOP S/A** – Administradora de Cartões de Crédito, exerce atividades de administração de cartões de crédito, com sede na Av. Frei Serafim, 2.648, Bairro Ilhotas, CEP 64.001-020, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

A Sociedade tem por objeto social: A emissão e a administração de instrumentos de pagamento pós-pagos (cartões de crédito), próprios ou de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartão de crédito, de financiamentos junto a instituições financeiras; a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito; a formação e utilização de cadastro, serviços de cobrança em nome e por conta de terceiros; a promoção de vendas, negócios e serviços de Consultoria técnica, administrativa e de viabilidade econômica, bem como participação societária em outras sociedades, direta ou indiretamente.

Em 23/08/2018, o Banco Central **autorizou o Pedido para Funcionamento do Arranjo de Pagamento CREDI-SHOP, Pós-Pago, de Compra, Doméstico.**

Em 17/07/2019, conforme publicação no Diário Oficial da União, o BACEN aprovou a CREDI-SHOP a funcionar como Instituição de Pagamento – IP na modalidade de **Emissor de Instrumento de Pagamento Pós-Pago.**

Em função da aprovação do BACEN para CREDI-SHOP atuar como Instituição de Pagamento – IP a companhia passou a adotar os critérios, procedimentos e as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração em 30 de janeiro 2.020, tendo sido preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes emandas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e de acordo com os novos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Banco Central em vigor:

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e
- CPC 23 – Benefícios a Empregados.

A CREDI-SHOP optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833/2017 do BACEN de apresentar as informações comparativas anuais e as informações semestrais de forma não comparativa e utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF.

Na elaboração das demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado nas notas explicativas seguintes. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional de apresentação das demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores convertidos para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa são avaliadas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.2 Valores a receber relativos a transações de pagamentos

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos usuários dos cartões de crédito, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Especificamente quanto às contas a receber de usuários e a pagar aos estabelecimentos comerciais, podem ser assim resumidas:

As contas a receber proveniente dos usuários do cartão CREDI-SHOP são contabilizados e reconhecidos na medida que as compras são efetuadas nos estabelecimentos comerciais e se na data do vencimento da fatura não ocorrer sua liquidação a CREDI-SHOP de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado, obtém junto as instituições financeiras o financiamento necessário para suprir a falta do pagamento e poder cumprir assim os compromissos assumidos com os estabelecimentos comerciais.

Os empréstimos por conta e ordem dos usuários de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado, são contabilizados numa conta redutora das contas a receber denominada Conta Garantida dos Usuários do Cartão CREDI-SHOP.

3.2.1 Obrigações por transações de pagamentos

As contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização quanto aplicável. Os pagamentos ocorrem após trinta e dois dias da data da compra, no caso de parcelamento as parcelas são pagas a cada trinta e dois dias, também a partir da data da compra. O estabelecimento comercial poderá solicitar uma antecipação desses pagamentos à CREDI-SHOP, que dispondo de recursos financeiros antecipará os valores solicitados de acordo com a taxa de desconto contratada até o limite de 2 (duas) vezes a taxa SELIC.

3.2.2 Provisão para valores a receber relativos a transação de pagamentos

As perdas estimadas com devedores duvidosos são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela legislação fiscal, juntamente com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, as quais leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco e os percentuais esperados de perda. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações com usuários de cartão de crédito adimplentes são revisadas.

3.3 Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável.

3.4 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 6. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

3.5 Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Sociedade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

3.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes reconhecem os rendimentos *"pro-rata temporis"*, quando aplicável, e são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro- rata temporis*").

3.8 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Administradora possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R$ 60, por trimestre, e 15% de contribuição social a partir de 01/01/2019 (em 2018 era 20%).

Não existem estoques de prejuízos fiscais ou adições ou exclusões temporárias que determinassem o calculo e registro de eventuais créditos tributários.

3.11 Benefícios a empregados

A Sociedade oferece aos seus funcionários benefícios como: plano de saúde, bolsa auxílio estágio, seguro de vida, cursos e treinamentos, vale-transporte e vale-refeição, esses custos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.12 Destinação do resultado

A Reserva Legal e constituída na forma da Lei, sendo 5% do Lucro Líquido, após sua constituição, é calculado o dividendo mínimo obrigatório, em 25% do Lucro Líquido remanescente, sendo registrado como passivo circulante na rubrica "Dividendo mínimo obrigatório", por ser considerada como uma obrigação estatutária.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório é registrada na rubrica "Dividendos Adicionais Propostos", no patrimônio líquido.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. As receitas decorrentes de captura das transações com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados para estabelecimentos credenciados comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação dos serviços. A receita com repasse antecipado aos estabelecimentos credenciados é reconhecida "*pro-rata temporis*" considerando os seus prazos de vencimento.

3.14 Redução do valor recuperável dos ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

3.15 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os flucos de caixa e taxa de juros explicitas ou implicitas.

3.16 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante o período determinado.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. DISPONIBILIDADES

	2019	2018
Caixa	401	9
Banco conta movimento	2.794	3.667
Aplicações financeiras	95.090	96.761
	98.285	**100.437**

5. VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTOS

	2019	2018
Usuários dos cartões de crédito	478.713	465.631
Conta garantida – usuários de cartões de crédito	(34.461)	(35.134)
Perdas estimadas com devedores duvidosos	(11.676)	(14.181)
	432.576	**416.316**

6. IMOBILIZADO DE USO

	Depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	2019	2018
Terrenos	-	2.253	-	2.253	2.253
Edificações	4	5.646	(1.414)	4.232	4.407
Veículos	20	493	(162)	331	422
Máquinas e equips.	20	19.327	(15.894)	3.433	5.476
Comput. e periféricos	20	18.694	(15.653)	3.041	3.086
Móveis e utensílios	10	1.818	(1.361)	457	528
Benfeitorias em imóveis	-	3.602	(3.481)	121	22
		51.833	**(37.965)**	**13.868**	**16.194**

6.1 Movimentação do ativo imobilizado

	2018	Adições	2019
Terrenos e Edificações	7.899		7.899
Veículos	493		493
Máquinas e equipamentos	18.762	565	19.327
Computadores e periféricos	17.628	1.066	18.694
Móveis e utensílios	1.727	91	1.818
Benfeitorias em imóveis	3.602		3.602
	50.111	**1.722**	**51.833**
Deprecreciação/amortização acumulada	(33.917)	(4.048)	(37.965)
	16.194	**(2.326)**	**13.868**

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	3.223	2.972
CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	2.261	2.856
ISSQN	375	388
Pis e Cofins	1.198	1.208
INSS e FGTS	789	689
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	300	289
	8.146	**8.402**

8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PERDAS PROVÁVEIS

	2018	Provisão	Reversão	2019
Código de Defesa do Consumidor	21	256	(10)	267
Ações Trabalhistas	330		(245)	85
	351	**256**	**(255)**	**352**

9. PROVISÕES E DEMAIS OBRIGAÇÕES

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	2.361	2.395
Contas a pagar	147	106
	2.508	**2.501**

10. Programa de Regularização Tributária – PRT (Liquidação do parcelamento expontâneo da CSLL), pago mediante a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais) da Controladora SOCIC:

O valor de R$ 13.360 refere-se a utilização de créditos de prejuízos fiscais cedido pela controladora SOCIC S/A, na forma prevista no Programa de Regularização Tributária – PRT instituida pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1687, de 3 de janeiro de 2017, mediante a opção prevista no inicos I, da IN RFB nº 1687/17, a liquidação do parcelamento esta condicionada a homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB, conforme composição abaixo:

Valor do parcelamento consolidado em 14/02/2017	**16.700**
20% pago à vista no dia 14/02/2017	(3.340)
80% pago com a cessão de créditos fiscais da controladora, liquidação condicionada a homologação pela RFB	**13.360**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 está representado por 48.913.330 ações, sendo: 42.970.864 ações ordinárias e 5.942.466 ações preferenciais, (quantidades de ações em 2019 permaneceram inalteradas em relação a 2018), ações nominativas, sem valor nominal e de uma só classe, as ações estão totalmente subscritas e integralizadas, com a seguinte composição:

	Quantidades de Ações		Total das		Capital Social – R$	
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**ações**	**%**	**2019**	**2018**
SOCIC S/A	39.047.690	4.858.026	43.905.716	89,76	146.168	125.485
Colonial Ltda	2.267.746	626.629	2.894.375	5,92	9.639	8.275
Virginia de M. C. Milani	1.405.855	388.740	1.794.595	3,67	5.976	5.130
Valdecy Claudino	249.573	69.071	318.644	0,65	1.059	910
Totais	**42.970.864**	**5.942.466**	**48.913.330**	**100%**	**162.842**	**139.800**

11.2 Reserva de lucros – legal

Está representada pelo montante constituído com base na multiplicação do Lucro Líquido do Exercício pelo percentual de 5%. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O Saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 3.689 (R$ 1.690 em 2018).

11.3 Dividendos propostos (obrigatórios e adicionais)

Do Lucro Líquido do Exercício, após a dedução da reserva legal, foi destinado os dividendos mínimos obrigatórios na ordem de 25%. Após essas destinações, o saldo remanescente de Lucro Líquido do Exercício no valor de R$ 28.483 está sendo proposto como dividendos adicionais e será deliberado de acordo com a deliberação da Assembléia Geral.

A sociedade poderá levantar Balanços Intercalares semestrais, por deliberação da própria diretoria ou por provocação dos acionistas, permitindo a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários com base no próprio lucro do exercício ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Os dividendos foram calculados conforme abaixo demonstrado:

Distribuição de dividendos	2019	2018
Lucro líquido do exercício	39.976	32.340
(-) Reserva legal = 5%	(1.999)	(1.617)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	37.977	30.723
(-) Dividendos mínimos obrigatórios = 25%	(9.494)	(7.681)
Dividendos Adicionais Propostos a serem deliberados na AGO	28.483	23.042

12. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em suas atividades habituais e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas.

Apresentamos abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das transações entre partes relacionadas:

Transações entre partes relacionadas	2019	2018
Contas a receber da SOCIC – Soc. Com. Irmãs Claudino	614	2.953
Contas a receber do Louvre Magazine Comércio Ltda		73
Despesas operacionais – Comissões da SOCIC-cobrança	913	1.650
Despesas operacionais – Comissões da LOUVRE	16	131
Despesas operacionais – Reembolso TV Paraiba		2
Receitas Operacionais – Comissão de Administração – SOCIC	914	1.813

Os saldos a receber da controladora SOCIC S/A em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é decorrente do contrato de credenciamento para recebimento de pagamentos de boletos bancários do cartão CREDI-SHOP celebrado com a SOCIC S/A, por causa do feriado no final de cada ano esses recebimentos são repassados para o CREDI-SHOP no primeiro dia útil do ano subsequente ao encerramento de cada exercício social.

13. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**144.727**	**139.961**
Comissões de estabelecimentos comerciais	62.300	60.949
Aval, garantia e gestão administrativa	56.339	54.265
Aluguéis de POS	9.570	9.261
Seguro massificado	16.518	15.486
(-) Impostos incidentes sobre serviços	**(17.324)**	**(16.768)**
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**127.403**	**123.193**

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2019	%	2018	%
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**127.403**	**100%**	**123.193**	**100%**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**53.089**	**41%**	**51.728**	**42%**
Salarios e encargos sociais	34.279	27%	33.627	27%
Correios	3.616	3%	4.708	4%
Telecomunicações	4.221	3%	6.006	5%
Serviços prestados por terceiros	9.298	7%	6.336	5%
Demais custos	1.675	1%	1.051	1%
DESPESAS OPERACIONAIS	**11.300**	**9%**	**8.713**	**7%**
Administrativas	7.234	6%	5.832	5%
Com vendas	3.716	3%	2.637	2%
Tributárias	350		244	
TOTAL DOS CUSTOS E DESPESAS	**64.389**	**50%**	**60.441**	**49%**

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Resultado do exercício antes dos tributos	65.461	58.914
Adições e (exclusões) definitivas e temporárias	(1.113)	816
Base de cálculo	**64.348**	**59.730**
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.485	26.574
Taxa efetiva	39,6%	44,5%

16. RESULTADO FINANCEIRO

Apresentamos a seguir o resultado financeiro líquido da Sociedade:

	2019	2018
Taxas e encargos financeiros	108	189
Rendas de antecipações	8.336	7.735
Multa recebida de usuários de cartão de crédito	15.153	16.238
Juros recebidos de usuários de cartões de crédito	2.875	3.111
Rendimentos de aplicações financeiras	3.869	3.170
(-) Tributos (PIS e COFINS)	(1.403)	(1.419)
Total das receitas financeiras	**28.938**	**29.024**
(-) Taxas de recebimentos de estabelecimentos credenciados	(5.153)	(6.077)
(-) Tarifas bancárias	(3.146)	(2.626)
(-) Juros sobre empréstimos	(95)	(35)
(-) Juros de mora	(30)	
Total das despesas financeiras	**(8.424)**	**(8.738)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**20.514**	**20.286**

17. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Contingências classificadas como perdas possíveis

Adicionalmente, informamos que a Sociedade possui ações tributárias, trabalhistas, cíveis e com o consumidor em 31/12/2019 no valor de R$ 31.237 e R$ 32.343 em 2018, essas ações ajuizadas ou em fase de judicialização envolvem riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não foram constituidas provisões, sendo sua composição:

Processos em discussão judicial e avaliadas como perdas possíveis			
Natureza	**Composição dos Processos – valores originais**	**2019**	**2018**
ISSQN	Impugnação da revogação de concessão de beneficios fiscais concedidos pelo CONTEDE e revogados pela Administração Tributária;	25.430	25.430
ISSQN	Impugnação de cobrança indevida do ISSQN sobre a locação de POS e sobre a concessão de aval e garantias aos usuários de cartões;	1.534	1.534
PIS/COFINS	Impugnação da glosa decorrente do aproveitamento de créditos de insumos relacionados as atividades fins da administração de cartões;	4.015	3.409
IRPJ	Interposições de Recursos Administrativos decorrentes de Manifestações de Inconformidades decorrentes de aproveitamento de créditos tributários;		185
	Ação anulatória de lançamento fiscal;		
	Provisões para riscos trabalhistas;	57	57
	Provisões para riscos cíveis;	66	331
	Provisões para riscos com o consumidor;	135	1.397
Total das perdas avaliadas como possíveis em discussão judicial		**31.237**	**32.343**

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de fraude

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Sociedade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Sociedade.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco, em processo, da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Sociedade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito
O risco é mitigado devido as políticas conservadoras adotadas pela Sociedade na gestão de crédito rotativo concedido aos portadores de cartão.

Risco de mercado
A administração entende que o risco é reduzido em virtude do custo com juros de conta garantida (crédito rotativo) serem repassados aos portadores de cartão.

Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos: pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade.

Um dos objetivos da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída ao comitê de riscos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Sociedade para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

Risco de fraude

A Sociedade vem aperfeiçoando seus mecanismos antifraude em seu monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização da compra e envia a central de monitoramento para este contate o portador do cartão e o estabelecimento credenciado.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade possui instrumentos financeiros não-derivativos como contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores e outras dívidas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Sociedade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros ou com o objetivo de especulação.

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificados como mantidos até seu vencimento. São avaliados pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

- Contas a receber e estabelecimentos credenciados: decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Financiamentos e Obrigações tributárias: reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro rata temporis*"), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

- Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

A Sociedade, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não possui saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

20. ADVOGADOS

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

Com base nas informações de sua assessoria jurídica, nas análises das demandas pendentes e em experiências anteriores, constituiu provisões consideradas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros, classificadas e contabilizadas no exercício corrente conforme *Notas Explicativas nº 8. (Perdas Prováveis) 17. (Perdas Possíveis).*

21. SEGUROS

A Sociedade cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a sociedade é prestadora de serviços; logo, não possui grande dependência de ativos tangíveis.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Diretora Presidente	Virgínia de Medeiros Claudino Milani
Diretor Vice-Presidente	Valdecy Claudino
Diretor Superintendente	Luís Aécio Germano Magalhães
Diretor Administrativo	Ismael Francisco de Andrade Vilela dos Santos
Diretora de Marketing	Vera Lúcia de Medeiros Claudino Mello
Diretor de Controladoria	José Messias Teodoro
Diretora de Compliance e Ouvidoria	Josenice Vieira dos Reis

São Paulo (SP), 30 de janeiro de 2.020

Virginia de M. C. Milani
Diretora Presidente

Valdecy Claudino
Diretor Vice-Presidente

José MessiasTeodoro
Contador
CRC1 SP 139.630/O-0

PEPPE
ASSOCIADOS
Consultores & Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CREDI-SHOP S/A Administradora de Cartões de Crédito.
Teresina – PI

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis **Credi-Shop S/A Administradora de Cartões de Crédito**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Credi-Shop S/A Administradora de Cartões de Crédito** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas***". Somos independentes em relação à **Credi-Shop S/A Administradora de Cartões de Crédito**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **CREDI-SHOP**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **CREDI-SHOP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CREDI-SHOP**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CREDI-SHOP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CREDI-SHOP** a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

PEPPE
ASSOCIADOS
Consultores & Auditores Independentes
CRC-SP nº. 2SP021055/O-1

São Paulo, 30 de janeiro de 2020.

Paulo Cesar Raimundo Peppe
Contador CRC- SP nº1SP095009/O-5